

Novas medidas de austeridade em abril?

Foi o que admitiram diretores do Banco Central. E o seu presidente, Carlos Lemgruber, espera já para este mês firme tendência baixista para a inflação.

A execução de uma rígida política de contenção nestes primeiros meses do governo Tancredo Neves — e que poderá ter novo aperto em abril — facilitará as negociações com o FMI e recolocará nos eixos o déficit público e a base monetária. Isto permitirá que, ainda neste semestre, seja iniciada a gradual redução dos níveis de depósito compulsório dos bancos junto ao Banco Central, tornando possível maior oferta de recursos pelas instituições privadas, a juros menores, restabelecendo-se, ao mesmo tempo, maior liberdade no mercado.

Este primeiro esboço da política monetária, que será efetivamente seguida pelo atual governo, foi feito ontem, em Brasília, pelos diretores do Banco Central. O presidente da instituição, Antônio Carlos Lemgruber (foto), reconheceu que as restrições já estão pressionando os juros, mas disse que isto é necessário para diminuir para zero ou 1% a expansão da base monetária (emissão primária de moeda), de modo a compensar os 19,7% registrados em fevereiro.

Lemgruber espera imediata retracção do déficit público e início, ainda este mês, de firme tendência baixista para a inflação, o que, posteriormente, provocaria a queda dos juros. Informou que a política de austeridade, que inclui corte nas despesas do governo e nas aplicações dos bancos oficiais, continuaria por prazo indeterminado.

Por acreditar na queda da inflação, Lemgruber disse que a suspensão dos desembolsos líquidos das instituições financeiras oficiais e a redução nos gastos públicos não terão efeito recessivo. A médio prazo,



o setor produtivo começará a sentir os ventos favoráveis da menor pressão do governo sobre o mercado financeiro.

Juros a 18% ao mês

O diretor da Dívida Pública no Banco Central, José Júlio Senna, também justificou a elevação das taxas do overnight para o patamar de 18% ao mês, neste início de gestão da nova diretoria do BC. "Na primeira quinzena, as taxas estiveram muito baixas e, se persistissem, dariam lucro extremamente alto às intermediadoras no mês. Porém, desestimulariam o investidor final do over, com prejuízos futuros à condução da política monetária. As taxas do mercado precisam acompanhar a inflação, um pouco acima ou abaixo, conforme o momento. Mas inflação de 10% e rentabilidade de 5% inviabilizam a política monetária, já que as instituições não teriam como relar posições e, ao venderem os papéis ao

Banco Central, prejudicariam a política monetária."

Ele se confessou preocupado com o volume de títulos de responsabilidade do Tesouro: mais de Cr\$ 120 trilhões. Porém, o Banco Central não tem o compromisso de promover o resgate líquido de Cr\$ 16,23 trilhões, conforme meta contida na programação monetária deste ano e aprovada pelo governo passado: "O resgate de papéis ocorrerá como consequência, se todos os demais fatores de pressão sobre a oferta monetária funcionarem, sobretudo com o controle do déficit público. Se o resto não funcionar, não há como resgatar os títulos da dívida pública".

O diretor da Área Bancária do Banco Central, Alberto Furuguel, disse que as instituições oficiais terão, nos próximos 60 dias, duplo papel na contenção da base monetária (emissão primária de moeda): não expandirão os seus empréstimos e ainda utilizarão os recursos disponíveis para a compra de títulos da dívida pública.

Enquanto persiste o déficit público, cabe ao governo buscar fontes não-inflacionárias de financiamento — afirmou Furuguel. Para ele, o congelamento das aplicações dos bancos oficiais mostra a firme disposição do governo de "estancar o descontrole monetário e a firme orientação antiinflacionária, o que a reboque facilitará as negociações a serem retomadas pela nova equipe econômica com o staff do Fundo Monetário Internacional". Dentro de 60 dias, após a retomada do controle monetário, o Banco Central pretende reduzir o nível do recolhimento compulsório sobre os

depósitos a vista e a prazo, se possível ainda neste semestre, como medida de impacto para a redução dos juros do mercado.

Furuguel ressaltou que 80% das pressões altistas sobre o custo do dinheiro no mercado vêm do déficit público. Porém, ressaltou que as medidas de austeridade já anunciadas terão efeito a curto prazo sobre o déficit do governo e a inflação, com a abertura de alternativas para pressionar os juros para baixo. Neste contexto, qualificou de "medida razoável" a redução gradual dos percentuais do compulsório — hoje, de até 50% sobre os depósitos a vista e de 22% sobre os a prazo.

O diretor da Área de Mercado de Capitais do Banco Central, Roberto Castelo Branco, também defendeu a ampliação dos recursos livres dos bancos, ao lembrar que, nos Estados Unidos, o compulsório varia apenas de 3 a 12% dos depósitos "e a política monetária funciona muito bem". Castelo Branco disse que, na medida do possível, o Banco Central deve reduzir o elenco de regras restritivas e devolver a liberdade ao mercado.

Mais aperto?

O secretário-geral do Ministério da Fazenda, Sebastião Vital, reuniu ontem as diretorias do Banco do Brasil e do Banco Central para verificar as contas do País. Chegaram a duas conclusões: diante da falta de verbas não há mesmo alternativa, senão remanejar recursos para agricultura e exportações. A expansão monetária do primeiro trimestre foi exagerada, o que possivelmente levava à adoção de novas "terapias" em reunião a ser realizada no começo de abril.